



GOVERNO DE PERNAMBUCO
Secretaria de
Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Data: 23/11/2022

Horário: 14:00h

Local: Híbrida (Conselho Estadual de Saúde e Google Meet)

PRESENTES

PRESIDENTE – Gleyton Araújo

VICE-PRESIDENTE – Lucas Lira

AMOTRANS – Maria Daniela M. Motta

CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino

COMLESBI – Rivânia Rodrigues da Silva

GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini

GTP+ – Gleydson Vicente Coutinho

GESTOS – Jair Brandão

MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marccone C. Menezes

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – Jairo Amorim

NATRAPE – Caia Maria de Araújo

REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maiakovski M. de Lima

COORDENADORIA LGBTQIA+/PE/SDSCJPV – Léo Lins da Silva

SECULT – Ana Cláudia Frasão

SETEQ – Antônio Moura

SEC. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – Joana de Farias Melo

SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne de Aguiar P. De Souza

SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais

SEC. DE SAÚDE – Luiz Valério

SEPLAG – Vandrê Cechinel

SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS(AS)

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

ARTJOVEM

NÃO JUSTIFICARAM

PAUTA

- Gravação das Reuniões Ordinárias 42^a e 46^a;
- Prestação de contas da Coordenadoria em 2022;
- Ofício Fórum LGBT de Pernambuco;
- Apresentação da Carta/Documento CEDPLGBT.

DESENVOLVIMENTO

A 49ª Reunião Ordinária do pleno teve início por volta das 14h10m, na sala do Conselho Estadual de Saúde, onde o Vice-Presidente Lucas Lira dá início saudando a todos(as/es) presentes e fazendo a leitura da pauta que está projetada para que os conselheiros(as/es) possam observar também na sala virtual. Após a leitura, Lucas questiona o pleno se desejam fazer alguma inclusão na pauta e ele solicita a inclusão de dois informes, sendo: 1. Ofício da Rede Nacional de Negros e Negras LGBTQIA+; 2. Notificação do Ministério Público de Pernambuco.

Rivânia Rodrigues solicita a inclusão na pauta: Envio das Contribuições do CEDPLGBT para a equipe de transição do Governo Federal.

Dando seguimento a reunião, Lucas Lira faz apenas uma alteração na pauta e traz primeiro o informe a respeito do ofício da Rede Afro, que foi enviado ao conselho no dia 20 de Outubro, falando sobre uma mulher trans em situação de rua que foi agredida no Mercado da Encruzilhada no dia 19 de outubro, que houve uma reportagem no jornal do comércio a respeito desse caso de transfobia. A entidade solicita que o CEDPLGBT e o Conselho Municipal LGBT do Recife acompanhem o caso mais de perto, a fim de fortalecer as providências tomadas pelas autoridades competentes. O conselheiro complementa que o CEDPLGBT pode encaminhar um ofício para o Centro Municipal de Referência LGBT do Recife solicitando informações sobre o caso.

Íris de Fátima, Sec. Executiva do conselho solicita que todos(as/es) se apresentem, uma vez que temos novos conselheiros, o Vice-Presidente dá início as apresentações, seguido pela secretária. Em seguida se apresentam Jair Brandão (GESTOS), Vandrê Cechinel (SEPLAG), Jeanne Aguiar (SDS), Ana Cláudia Frasso (SECULT), Rivânia Rodrigues (COMLESBI), Hewrya (Rede LGBT do Interior), Glauber (GAYMADO), Gleyton Araújo (Presidente CEDPLGBT/SDSCJ), Priscila Siqueira (Projeto +Cidadania LGBT), Joana Melo (SEE), Léo Lins (Técnico da Coordenadoria LGBT e do CEDPLGBT), Jairo Amorim (MNU) e Antônio Moura (SETEQ).

Prosseguindo, Lucas Lira traz mais um informe, a respeito do ofício que foi enviado para o Ministério Público de Pernambuco, referente a atuação da Coordenadoria LGBT do Estado, vinculada a SDSCJ, em matérias relacionadas ao Conselho como a recusa de informações relevantes e a não garantia de condições mínimas de funcionamento ao referido conselho estadual. O conselheiro explica que o Ministério Público respondeu ao ofício solicitando informações da SDSCJ e da Coordenadoria, além disso também

solicitou ao conselho o agendamento de uma escuta para o dia 05 de dezembro, de 2022. Como encaminhamento, ele sugere que seja criada uma comissão para participar dessa reunião como o MP-PE e Lucas Lira já se dispõe e indica o nome de Brenno Almeida que não está presente na reunião.

A conselheira Hewrya questiona se haveria transporte para quem mora no interior e fosse participar da reunião, pois dessa forma, ela também gostaria de compor a comissão.

Lucas Lira diz que devido ao prazo longo até a reunião, é viável tentar uma articulação com as secretarias de estado que compõem o conselho para trazê-la e garantir sua participação.

Dessa forma, a comissão é definida com os seguintes conselheiros(as/es): Lucas Liras (Fórum LGBT de Pernambuco); Brenno Almeida (ARTJOVEM); Rivânia Rodrigues (COMLESBI); Antônio Moura (SETEQ), Íris de Fátima (Sec. Executiva CEDPLGBT) e Hewrya (Rede LGBT do Interior).

Seguindo a pauta, as discussões acerca do primeiro ponto são iniciadas com a Sec. Executiva do conselho explicando que não está tendo uma resposta do que teria ocorrido com as gravações das reuniões ordinárias 42ª e 46ª, impossibilitando a transcrição das atas.

O técnico Léo que realiza a transcrição das atas, explica que o problema da gravação da 42ª é que além da gravação ter mais de 08h, o arquivo não abre de forma alguma e é por isso que é impossível fazer a ata, porque o arquivo existe, porém não abre. Já a gravação da 46ª foi feita por um administrador que não faz mais parte da coordenadoria e a equipe está tentando localizar o arquivo.

O conselheiro Glauber se inscreve para explicar a dinâmica de backup do google drive, que se existir mais de um administrador no momento da gravação e um deles se ausentar da reunião, a gravação ficará salva no administrador que permanecer. E deixa como encaminhamento procurar quem eram os administradores no dia exato da 46ª reunião ordinária e assim conseguir resgatar o arquivo.

Lucas Lira questiona o Presidente Gleyton Araújo sobre quem era a pessoa que estava responsável no dia em questão. O presidente responde que o mais correto seria a secretaria do conselho buscar o setor de TI da SDSCJ para fazer essa busca, seguindo as orientações de Glauber, uma vez que a pessoa em discussão não compõe mais a equipe da coordenadoria atualmente.

A Secretária Íris responde ao presidente esclarecendo que o responsável por fazer esse processo sempre foi Alexandro (conhecido como Preto) e que ela encaminhou um ofício para o mesmo solicitando as gravações, dessa forma a coordenadoria deve encontrar a técnica que estava responsável, mesmo que ela não componha mais a equipe.

Jair Brandão se inscreve para enfatizar as palavras de Íris em atribuir a responsabilidade da busca e resolução desse problema à SDSCJ através da Coordenadoria.

Gleyton Araújo diz que não é um problema a coordenadoria se responsabilizar pela busca e que compreende não ser algo difícil.

Lucas Lira complementa o encaminhamento de Glauber, que o Conselho deve solicitar formalmente a Coordenadoria as gravações das reuniões ordinárias 42ª e 46ª. Sugere também que a questão do arquivo corrompido deve ser resolvido pela Coordenadoria junto a equipe de TI da secretaria e caso não seja resolvido, o conselho precisa tomar as medidas cabíveis, pois as atas são documentos que servem como uma prestação de contas do próprio conselho.

Passando para o próximo ponto de pauta, Lucas Lira que passa a palavra para o Presidente fazer a prestação de contas do ano de 2022 da Coordenadoria e Gleyton Araújo inicia a projeção dos relatórios em tela.

Gleyton inicia sua apresentação dizendo que conforme o solicitado na reunião da comissão executiva, ele trouxe o detalhamento de sua gestão a frente da Coordenadoria LGBT do Estado, pede que ao longo de sua exposição Lucas faça a mediação das perguntas. Gleyton faz um breve relato de que a nova equipe assumiu em junho, a secretaria executiva também ganhou uma nova secretária e em reunião de planejamento a SDSCJ elencou uma lista de prioridades, o que justifica as ações terem sido realizadas muito mais em conjunto, assim nos relatórios a seguir será possível identificar as parcerias com as demais executivas além da de segmentos sociais.

O primeiro relatório projetado é referente a participação da Coordenadoria na Caravana Cidadã, onde ele detalha o que foi a caravana e a metodologia utilizada na participação inédita da Coordenadoria nesse evento que é realizado pela SDSCJ. Segue para apresentação do relatório do mês de Setembro, onde ocorreram as paradas LGBTQIA+ em todo o Estado e discorre sobre como foi construído o apoio do Governo com os municípios que teriam paradas, lembrando a criação do GT de segurança para organização dos eventos. Passando para o relatório das ações realizadas no mês agosto,

onde ele destaca a primeira reunião do GT de Segurança Pública voltada para a população LGBTQIA+ de Pernambuco. Nesse grupo é discutido não só os casos de violações de direitos, mas também a formação dos profissionais da área, além das estratégias de prevenção e ações de acolhimento para as vítimas de LGBTfobia. Nesse momento, Gleyton projeta um relatório específico das ações alusivas a Semana da Visibilidade Lésbica que ocorreu do dia 19 ao 20 de agosto, uma parceria com o Programa Atitude. Por último, ele apresenta o relatório do mês de junho contendo as ações do começo de sua gestão, algumas já pré-agendadas em celebração ao mês do Orgulho LGBTQIA+. Gleyton encerra sua apresentação dizendo que o interesse maior da sua passagem pela coordenadoria era trabalhar com os municípios, buscando a interiorização da política LGBTQIA+ para além da metrópole, comenta da dificuldade e lentidão do sistema público, mas compreende que virão bons frutos do que foi possível construir.

(todos os relatórios estão disponíveis na íntegra no site da Secretaria e também foram enviados ao e-mail institucional do conselho).

Lucas Lira agradece por toda apresentação e passa a fala para os inscritos.

Jair Brandão inicia sua fala agradecendo pela apresentação e destacando que a prestação de contas é importante por se tratar do uso do dinheiro público. Pergunta para Gleyton qual foi o diagnóstico e o impacto para a população LGBTQIA+ de Pernambuco em relação a Caravana Cidadã? E quanto foi gasto para a realização da Caravana, de acordo com a ação orçamentária de Nº 1447, prevista na LOA 2020/2021, destinada as políticas públicas LGBT da SDSCJ? Jair completa que gostaria de fazer uma crítica, pois não compreende como a SDSCJ consegue fazer uma caravana que explora o estado inteiro, mas não consegue disponibilizar transporte para os/as conselheiros(as/es) do interior participarem das reuniões do pleno. Também pede que o presidente explique essa dificuldade em atender as demandas do conselho. Por último, Jair pergunta por que o governo não envolveu o conselho na caravana? E por que foi possível realizar um planejamento dentro da executiva de segmentos sociais, mas até hoje (já na segunda gestão desse conselho) não é possível realizar o planejamento do conselho? O conselheiro diz que espera obter essas respostas e agradece pelo espaço e escuta.

Hewrya diz que fala de Jair a contemplou e apenas faz o relato, enquanto conselheira do interior da importância do movimento social ser convidado para esses eventos do governo do estado, enquanto conselho a fim de fiscalizar a profundidade dessas ações e

também as garantias para além do evento.

Rivânia Rodrigues é a próxima inscrita, inicia parabenizando a Coordenadoria pela prestação de contas, acredita ser um bom começo, mas que existem questões que não podem passar em branco. Comenta que o processo de equipamento como o conselho é de mão dupla, destaca que as ações apresentadas de fortalecimento da política no âmbito de gestores são sim essenciais, mas também é necessário ter o olhar do movimento social. A conselheira também diz que a prestação de contas não deveria ser feita apenas de Junho até agora, mas sim começando de janeiro, que ela deveria abarcar todas as ações desenvolvidas por todas as secretarias, além de previsão orçamentária e ser mais detalhada. Rivânia comenta que não identificou ações pautadas na transversalidade da política para mulheres lésbicas e bissexuais que teve um plano específico aprovado na assembleia legislativa, fez a ressalva que os eventos presentes no relatório referente a semana da visibilidade foram todos desenvolvidos pelo movimento social e que não teve envolvimento da coordenadoria, que Íris esteve presente enquanto mulher lésbica e não enquanto governo.

Alzyr Brasileiro, é a próxima inscrita e diz que será breve por se sentir contemplada na fala de Jair Brandão. A conselheira diz que só quer manifestar sua indignação com esse conselho, que a cada dia enfraquece o movimento e que ela mesma não sente motivação de participar das reuniões, pois são só falas sem prática. Em respeito a Parada da Diversidade de Petrolina, ela afirma que foi cancelada, que as ações teriam início no dia 12 de e iriam até o dia 19 de novembro, que entre os meses de julho e agosto ela teria recebido uma ligação da FUNDARPE se oferecendo para apoiar a parada de Petrolina com uma atração e que devido a localidade do município questionaram se a quantia de R\$ 10.000,00 seria suficiente para o custeio da atração, Alzyr afirma que até preferia esse valor que serviria para pagar as atrações locais. A partir dessa conversa, ela comenta que estava sempre em contato com Gleyton e Roberto (este desligado após as eleições) e ambos garantiam que estava tudo certo, porém às vésperas do evento Roberto tinha sido desligado e Gleyton passou o contato de Júnior Afro, que respondeu Alzyr dizendo que a FUNDARPE não iria mais apoiar a parada de Petrolina com o valor, pois os recursos teriam acabado. A conselheira comenta que questionou como que o recurso teria acabado se todos os municípios foram apoiados pelo órgão, logo, o valor já teria sido empenhado e não teve nenhuma resposta do servidor. Assim, ela se dirigiu a Gleyton com a mesma dúvida e ele afirmou que iria procurar o Secretário,

porém ela segue sem respostas. Alzyr questiona se tem alguém da Secretaria de Defesa Social na reunião, pois em Petrolina existem casos de violação de direitos da população LGBTQIA+ todos os dias e as pessoas trans que procuram a delegacia para registrar o boletim de ocorrência estão sendo violentadas ao terem seus nomes sociais ignorados. Comentando sobre a interiorização da política, a conselheira diz que o Fórum LGBT de Pernambuco deveria também intervir nas paradas do interior, pois o Fórum é de todo o estado e não só da capital. Encerra sua participação dizendo que o Movimento LGBT, como um todo, precisa sair da capital e chegar ao interior nem que seja com apoio moral.

Como encaminhamento das problemáticas trazidas por Alzyr, Lucas Lira sugere que o conselho envie um ofício para a SECULT e SDS solicitando informações a respeito dessas denúncias.

Maria Daniela se inscreve e diz que no ano passado devido a gigantesca onda de violência para com a população Trans diversas instituições do movimento trans se reuniram para reivindicar essa onda de assassinatos, o Estado provocou esse movimento a escrever uma Carta Proposta e então começou uma grande mobilização atrás de recurso para reunir todas as instituições envolvidas, a Carta foi escrita e entregue no dia em que é dedicado ao combate da violência contra a mulher. Daniela traz esse relato para essa reunião a fim de afirmar o quanto é vergonhoso que uma ação tão bem elaborada, com mais de 10 instituições do movimento trans e Pernambuco ainda estar entre os estados mais letais para ser trans/travesti no país. Ela comenta que a carta também foi inclusa no Plano Estadual que para o estado tem força de lei e que lamentavelmente a nova gestão da coordenadoria não deu atenção para a população trans. Coloca que fez essa fala em forma de protesto a essa gestão, além de compreender que esta foi uma das gestões mais egoístas, pois não debate as ações dentro do conselho.

Lucas Lira passa a palavra para Gleyton responder as indagações dos companheiros. O presidente inicia agradecendo o fato de cada uma e cada uma terem colocado suas indignações, que isso é importante para a coordenadoria visto que ele assumiu essa responsabilidade e reconhece que já com muitas demandas acumuladas. Gleyton diz que infelizmente é histórica essa relação do governo com a sociedade civil, que ela não é personalizada, mas sim enquanto poder público mesmo para com o movimento e o conselho. Respondendo as perguntas, o conselheiro faz uma conexão entre as dúvidas

de Hewrya e Jair sobre a participação do conselho na Caravana, também sobre qual foi o investimento para o evento, ele explica que essa caravana é da assistência social e até onde se tem conhecimento foi paga pelo fundo da assistência social. Por isso, inicialmente ela se chamava Caravana Suas, após a mudança de gestão foi pensado em expandir para que fosse uma caravana cidadã e contemplasse as demais secretarias, onde entrou segmentos sociais. No que tange o impacto para a população LGBTQIA+ do Estado, foi firmado um compromisso com os municípios relacionando eles ao Fórum LGBT de Gestores Municipais, um equipamento proposto por esse conselho, além de todo o acolhimento da população LGBTQIA+ dentro dos outros equipamentos e secretarias municipais que é monitorado através desse fórum também. Gleyton pede desculpas pela ausência da sociedade civil e explica que essa caravana foi um evento inteiramente dedicado aos gestores municipais. Respondendo a Rivânia, ele informa que ainda não teve acesso ao relatório do primeiro semestre de 2022 e por isso não o apresentou ao conselho. Gleyton se remete ao conselho pedindo desculpas pela ausência do poder público, diz que tentou sanar algumas dificuldades que foram apresentadas, que houve a tentativa de realizar o planejamento do conselho elaborando um termo de referência, que seria tocado através de licitação e devido ao momento de ser ano eleitoral houve essa dificuldade, mas afirma que está tudo bem organizado para que seja realizado no futuro. Sobre a parada de Petrolina, ele afirma que está tentando dialogar com a SECULT, que procurou Júnior Afro e também o gabinete do secretário, que estão com algumas dificuldades, mas ele acredita que será resolvido. Sobre a Carta Proposta, ele afirma que relembra do ato que ocorreu e que estará provocando isso dentro da secretaria a título de trazer isso para a nova gestão em relação a esses pontos que foram trazidos pelo movimento. Já com relação a previsão orçamentária para a política LGBT do Estado, Gleyton sugere que seja posto como ponto de pauta para outra reunião e seja convidado os setores responsáveis por esse tema, pois a coordenadoria é mais um corpo técnico de execução.

Lucas Lira diz que é bem ruim a falta de informação do presidente, principalmente em relação a orçamento, que hoje ocorreu uma audiência no ministério público que Gleyton não esteve presente e foi apresentado um orçamento de R\$ 480.000,00 liquidado na SDSCJ referente a pauta LGBTQIA+, fora isso existe uma rubrica específica para a pauta LGBTQIA+ de Pernambuco de quase 1M de reais. Lucas comenta que ele enquanto coordenador deveria ter essas informações e não ciência delas é preocupante.

Gleyton responde que não desconhece do orçamento, apenas gostaria que a GPLA, que é a gerência responsável, trouxesse essas informações com maior embasamento.

Passando para o próximo ponto da pauta, Lucas Lira pontua sobre o ofício que o Fórum encaminhou para a coordenadoria pedindo informações sobre o Projeto +Cidadania LGBT que já está executando recurso da pauta LGBT dentro da coordenadoria. Lucas explica que dentre as informações solicitadas estão a planilha de gastos desse projeto, a contrapartida dos municípios, o plano de trabalho desse projeto, a grade de ações do projeto, a distribuição de vagas e a apresentação da equipe técnica, já que todas as informações solicitadas até mesmo pelo Ministério Público são respondidas e assinadas com o nome “Projeto +Cidadania LGBT”, que não é uma pessoa, nem uma instituição e ele questiona, quem é o responsável afinal?. O conselheiro diz que essas informações deverão ser apresentadas na reunião com o Ministério Público.

Avançando na pauta, o vice-presidente traz o debate sobre a carta que o conselho escreveu para entregar a Governadora Eleita, Raquel Lyra. Nesse momento, a carta é projetada para que todos(as/es) possam acompanhar a leitura feita por Lucas Lira, após a leitura a carta é posta para aprovação.

Marcone Costa destaca a importância dela ser aprovada integralmente e antes da entrega serem feitos os ajustes gramáticos, para que não percamos tempo.

Gleyton sugere que todas as instituições de governo e sociedade civil assinem a carta para demonstrar a força do documento.

A carta é aprovada por unanimidade com as sugestões.

Assim, Lucas Lira agradece a todos(as/es) e dá a reunião como encerrada.

ENCAMINHAMENTOS

- Lucas Lira encaminha, enviar um ofício para o Centro Municipal de Referência LGBT do Recife, solicitando informações sobre o caso de transfobia ocorrido no Mercado da Encruzilhada, no dia 19 de outubro de 2022.
- Lucas Lira encaminha a criação de uma comissão para participar da reunião de escuta, junto ao Ministério Público de Pernambuco, no dia 05 de dezembro, de 2022, às 15h, de forma presencial, para discussão acerca do ofício enviado, referente a atuação da Coordenadoria LGBT do Estado, vinculada a SDSCJ, em matérias relacionadas ao Conselho como a recusa de informações relevantes e a não garantia de condições mínimas de funcionamento ao referido conselho estadual.
- Glauber encaminha fazer uma busca nos responsáveis por administrar a 46ª reunião ordinária e assim encontrar o arquivo com a gravação para transcrição da ata.

Lucas Lira complementa que o Conselho deve solicitar formalmente a Coordenadoria as gravações das reuniões ordinárias 42ª e 46ª. Sugere também que a questão do arquivo corrompido deve ser resolvido pela Coordenadoria junto a equipe de TI da secretaria e caso não seja resolvido, o conselho precisa tomar as medidas cabíveis, pois as atas são documentos que servem como uma prestação de contas do próprio conselho.
- Como encaminhamento das problemáticas trazidas por Alzyr, Lucas Lira sugere que o conselho envie um ofício para a SECULT e SDS solicitando informações a respeito dessas denúncias.

INFORMES

- Lucas informa o recebimento do ofício da Rede Afro, que foi enviado ao conselho no dia 20 de Outubro, falando sobre uma mulher trans em situação de rua que foi agredida no Mercado da Encruzilhada no dia 19 de outubro, que houve uma reportagem no jornal do comércio a respeito desse caso de transfobia. A entidade solicita que o CEDPLGBT e o Conselho Municipal LGBT do Recife acompanhem o caso mais de perto, a fim de fortalecer as providências tomadas pelas autoridades competentes.
- Lucas Lira informa, ainda, a respeito do ofício que foi enviado para o Ministério Público de Pernambuco, referente a atuação da Coordenadoria LGBT do Estado, vinculada a SDSCJ, em matérias relacionadas ao Conselho como a recusa de informações relevantes e a não garantia de condições mínimas de funcionamento ao referido conselho estadual. O conselheiro explica que o Ministério Público respondeu ao ofício solicitando informações da SDSCJ e da Coordenadoria, além disso também solicitou ao conselho o agendamento de uma escuta para o dia 05 de dezembro, de 2022.

Diante disso, nada tendo mais a acrescentar, a Secretária Executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.

Recife, 23 de Novembro de 2022.

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

Secretaria de Segmentos Sociais